



ANS



AP

Exmo. Senhor
Ministro da Defesa Nacional
Dr. José Pedro de Aguiar Branco

Ao longo das últimas semanas tomámos conhecimento da intenção de produzir legislação no sentido de se virem a efectuar regressões relativamente ao posicionamento na Tabela Remuneratória Única, afectando milhares de militares, no âmbito do Despacho nº 12713/2011, de 9 de Setembro, dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional.

Tal Despacho reconhece contudo, que na origem desta situação, no início de 2010, e no seu prolongamento no tempo, estão omissões regulamentares, de quem tinha competência na matéria.

Sendo estas omissões da responsabilidade do legislador, não é justo nem correcto que sejam penalizados aqueles que em nada contribuíram para o aparecimento das anomalias detectadas.

Ao reafirmarmos que não aceitamos qualquer medida que implique regressão relativamente ao posicionamento na Tabela Remuneratória Única, fazêmo-lo com a força da razão moral que nos assiste porque, mesmo antes da aprovação do Decreto-lei nº 296/2009, de 14 de Outubro, lhe apontámos graves erros de formulação que o tornavam na prática ingerível. Tudo fizemos para que em tempo útil fosse feita a sua correcção, incluindo o apelo em documento escrito no sentido da suspensão de eficácia da sua aplicação. Infelizmente não foram atendidos, nem entendidos, os nossos apelos e alertas.

Da mesma forma apelamos hoje ao sentido de justiça de V.Exa para que não implemente qualquer medida que resulte em regressão dos militares relativamente ao posicionamento na Tabela Remuneratória Única porque, a acontecer, resultarão distorções indesejáveis numa instituição hierarquizada como as Forças Armadas, serão agravados os problemas que anteriormente alertámos e será transformado o sistema remuneratório dos militares num mecanismo gerador de graves distorções e injustiças com graves consequências para a coesão e a disciplina nas Forças Armadas.

No espírito da Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto, reiteramos a nossa permanente disponibilidade para contribuir na procura de soluções que tragam equidade e justiça ao sistema remuneratório dos militares.

Com os melhores cumprimentos

Pela **ANS**

António Lima Coelho

Pela **AP**

Luís Medeiros Reis